



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

28, ABR, 2004

FERNANDO ANTAS PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1324/IX (2ª) - AC

28 de Abril de 2004

Apresentado pelos Deputados: Miguel Coelho e Pedro Silva Pereira do Partido Socialista

Assunto: Estudo de Impacte Ambiental/Túnel das Amoreiras

Exmo. Presidente da Assembleia da República

Surpreendentemente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Santana Lopes, na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa ontem realizada, endossou para o Governo as responsabilidades pelo facto de não ter sido efectuado um estudo de impacte ambiental para a construção do Túnel das Amoreiras.

Foi a primeira vez que o país, a cidade e os lisboetas foram confrontados com esta informação. Até aqui, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sempre negou a existência deste estudo argumentando não ser o mesmo imperativo do ponto de vista legal e desnecessário na perspectiva da preparação e lançamento desta obra, isto é, recusando-se a promover tal estudo como acto de gestão.

Também o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Prof. Carmona Rodrigues, declarou em sede de Comissão Parlamentar ter a certeza da não necessidade da efectuação deste estudo nunca referindo qualquer parecer por parte do Ministério do Ambiente quanto a esta questão.

Como se sabe, tanto a Comissão Europeia para o Ambiente como o Tribunal Administrativo de Lisboa, deram respectivamente, parecer e sentença que apontam para

MO 01

A	<i>[assinatura]</i>
Para preparar o expediente	
29, ABR 2004	
O Chefe de Divisão	
<i>[assinatura]</i>	

a obrigatoriedade de se proceder a um estudo de impacte ambiental. A estas decisões reagiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa com arrogância e desprezo.

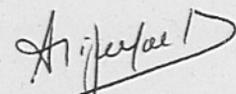
Esta atitude não corresponde à imagem agora apresentada de que se o Governo tivesse emitido parecer pela necessidade da realização de tal estudo o mesmo teria sido feito.

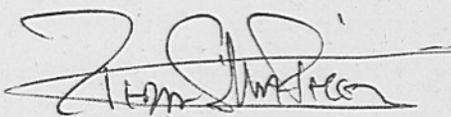
Sendo assim e com o objectivo de um completo esclarecimento acerca da participação do Governo neste processo decisório que levou à não realização de um estudo de impacte ambiental, solicitamos, ao abrigo das normas constitucionais e regimentais aplicáveis, através de V. Exa. ao Ministério das Cidades, Ambiente e Ordenamento do Território, resposta às seguintes questões:

- a) Quando foi feita a primeira consulta da Câmara Municipal de Lisboa ao Ministério do Ambiente?
- b) Em que data foi dado o parecer do Ministério do Ambiente que apontava para a não necessidade de se proceder a este estudo?,

Mais solicito a V. Exa. a requisição urgente ao Ministério do Ambiente de toda a correspondência efectuada entre o Ministério e a Câmara Municipal de Lisboa, incluindo todas as informações e Pareceres elaborados sobre o assunto.

Os Deputados


Miguel Coelho


Pedro Silva Pereira